

RDVE Subholding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2021 com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
RDVE Subholding S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RDVE Subholding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da RDVE Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 21 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 22 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

RDVE Subholding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	Consolidado	Controladora	Passivo	Nota	Consolidado	Controladora
		31/12/2021	31/12/2021			31/12/2021	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	899.913	8.992	Fornecedores	8	337.118	3.293
Impostos a recuperar		1	-	Partes relacionadas - fornecedores	12	263.308	-
Adiantamento a fornecedores		9.352	-	Obrigações fiscais		238.758	-
Partes relacionadas - outros créditos	12	93.544	-	Obrigações trabalhistas		27.594	-
Despesas antecipadas	5	25.292	-	Obrigações com arrendamentos	6	333.122	-
Total do Ativo Circulante		1.028.102	8.992	Total do Passivo Circulante		1.199.900	3.293
Despesas antecipadas	5	6.202.231	-	Obrigações com arrendamentos	6	406.779	-
Realizável a longo prazo		6.202.231	-	Total do Passivo Não circulante		406.779	-
Investimento	7	-	118.791.344	Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	6	113.080.608	-	Capital social		119.918.755	119.918.755
Intangível		92.781	-	Prejuízos acumulados		(1.121.712)	(1.121.712)
		113.173.389	118.791.344	Total do Patrimônio líquido		118.797.043	118.797.043
Total do Ativo Não Circulante		119.375.620	118.791.344	Total do Passivo		1.606.679	3.293
Total do Ativo		120.403.722	118.800.336	Participação de não controladores		-	-
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		120.403.722	118.800.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações de resultados

Período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	31/12/2021	31/12/2021
Despesas gerais ou administrativas	10	(1.015.411)	(17.333)
Outras despesas operacionais		(34.323)	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>-</u>	<u>(1.103.412)</u>
Despesas operacionais		(1.049.734)	(1.120.745)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.049.734)	(1.120.745)
Receitas financeiras	11	379	-
Despesas financeiras	11	<u>(72.357)</u>	<u>(967)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas		<u>(71.978)</u>	<u>(967)</u>
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(1.121.712)	(1.121.712)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Prejuízo do período		<u><u>(1.121.712)</u></u>	<u><u>(1.121.712)</u></u>

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2021	31/12/2021
Resultado do período	<u>(1.121.712)</u>	<u>(1.121.712)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.121.712)</u>	<u>(1.121.712)</u>
Resultado atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	<u>(1.121.712)</u>	<u>(1.121.712)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.**Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado**

Período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 5 de julho de 2021		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Capital subscrito		129.692.755	(129.692.755)	-	-
Capital integralizado		-	119.918.755	-	119.918.755
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.121.712)</u>	<u>(1.121.712)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>129.692.755</u>	<u>(9.774.000)</u>	<u>(1.121.712)</u>	<u>118.797.043</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(1.121.712)	(1.121.712)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6	495.597	-
Equivalência patrimonial	7	-	1.103.411
Resultado da baixa de intangível		59.673	-
Juros incorridos sobre arrendamentos		57.940	-
		<u>(508.502)</u>	<u>(18.301)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(1)	-
Adiantamentos a fornecedores		(9.352)	-
Despesas antecipadas	5	(5.985.092)	-
Partes relacionadas - outros créditos	12	(54.424)	-
Fornecedores	8	(142.802)	3.293
Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	(368.543)	-
Obrigações trabalhistas		27.595	-
Obrigações fiscais		236.180	-
Arrendamentos pagos		(818.851)	-
Juros de arrendamentos pagos		(19.440)	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		<u>(7.643.232)</u>	<u>(15.008)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido das controladas na incorporação das ações		212.486	-
Investimentos em controladas		-	(20.466.000)
Aquisição de imobilizado	6	(12.015.985)	-
Aquisição de intangível		(119.356)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(11.922.855)</u>	<u>(20.466.000)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	9	20.466.000	20.466.000
Outros		-	24.000
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		<u>20.466.000</u>	<u>20.490.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>899.913</u>	<u>8.992</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		899.913	8.992
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>899.913</u>	<u>8.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A RDVE Subholding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 443 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 21 de junho de 2021 por meio de absorção do acervo incorporado decorrente da operação de incorporação das ações das empresas Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A, Ventos de Santo Livia Energias Renováveis S.A, Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A e Ventos de Santo Ludgero Energias Renováveis S.A, que passaram a ser suas subsidiárias integrais a partir de então.

A Companhia é a controladora das seguintes empresas:

Controladas (em fase pré-operacional)	Endereço	Data de Constituição
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10800, sala 285 - Distr. Industrial, Maracanaú-Ceará	18 de dezembro de 2019
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A	Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10800, sala 284 - Distr. Industrial, Maracanaú-Ceará	18 de dezembro de 2019
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10800, sala 287 - Distr. Industrial, Maracanaú-Ceará	18 de dezembro de 2019
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10800, sala 289 - Distr. Industrial, Maracanaú-Ceará	18 de dezembro de 2019

As ações dessas empresas foram integralizadas na Companhia, em 21 de junho de 2022 e apresentavam os seguintes saldos:

Ativo	Leão I	Livia	Longino	Ludgero	Total
Caixa e equivalentes de caixa	132.706	25.851	25.891	28.038	212.486
Partes relacionadas - outros créditos	-	13.040	13.040	13.040	39.120
Despesas antecipadas	203.740	12.897	12.897	12.897	242.431
Imobilizado	26.279.048	25.012.450	25.012.450	24.975.486	101.279.434
Intangível	33.103	-	-	-	33.103
Total do Ativo	26.648.597	25.064.238	25.064.278	25.029.461	101.806.574
Passivo	Leão I	Livia	Longino	Ludgero	
Fornecedores	187.093	97.609	97.609	97.609	479.920
Partes relacionadas - outras contas a pagar	207.525	141.442	141.442	141.442	631.851
Obrigações fiscais	1.126	484	484	484	2.578
Obrigações com arrendamentos	1.239.467	-	-	-	1.239.467
Total do Passivo	1.635.211	239.535	239.535	239.535	2.353.816
Total do Patrimônio líquido	25.013.386	24.824.703	24.824.743	24.789.926	99.452.758
Total do Passivo e Patrimônio líquido	26.648.597	25.064.238	25.064.278	25.029.461	101.806.574

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades (“Sociedade(s) Investida (s)”), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Suas controladas tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santa Leia 03, Ventos de Santa Leia 01, Ventos de Santa Leia 05 e Ventos de Santa Leia 13, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e suas controladas, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas. Também não houve impacto no cronograma de implantação dos Empreendimentos: EOL Ventos de Santa Léia 01, EOL Ventos de Santa Léia 03, EOL Ventos de Santa Léia 05 e EOL Ventos de Santa Léia 13 detidos pelas suas controladas.

A Companhia e suas controladas adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e suas controladas continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentam capital circulante líquido negativo de R\$ 171.798. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão do Empreendimento, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários, conforme apresentados na nota explicativa 15 - Compromissos.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 22 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidada requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, listadas a seguir:

Controladas (em fase pré-operacional)	% de participação
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	100%
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	100%
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	100%
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	100%

Por ter sua constituição em 2021 seus saldos comparativos tanto para os saldos consolidados como controladora são zero.

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudam o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas pela controlada estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e suas controladas considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas não possuem diferenças temporárias.

A Companhia e suas controladas, optantes pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentaram imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.11 Arrendamento (Consolidado)

A Companhia e suas controladas avaliaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição

requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas determinaram sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivo de arrendamento" no balanço patrimonial.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de suas controladas de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuem em 31 de dezembro de 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2021
Bancos	8.992	299.538
Aplicações financeiras	-	600.375
Total	<u>8.992</u>	<u>899.913</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco Votorantim e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 90% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021
Custos de empréstimos (a)	4.279.307
Direito de uso	961.642
Prêmios de seguro a apropriar	55.559
Servidão de passagem (b)	<u>931.015</u>
	<u>6.227.523</u>
Ativo circulante	25.292
Ativo não circulante	6.202.231

- (a) Os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.
- (b) Refere-se a indenizações pagas aos proprietários de terra para a passagem da Linha de Transmissão 500kV Rio do Vento Expansão.

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021
Fazendas terras		224.500	-	224.500
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	13.684	(342)	13.342
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.389	(219)	4.170
Veículos		584.574	(56.388)	528.186
Licenciamento ambiental		-	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		104.660.622	-	104.660.622
Imobilizado em andamento		6.494.995	-	6.494.995
Ativo de direito de uso terra		<u>1.824.920</u>	<u>(670.127)</u>	<u>1.154.793</u>
Total		<u>113.807.684</u>	<u>(727.076)</u>	<u>113.080.608</u>

b. Movimentação do imobilizado

	21/06/2021	Adições	Depreciação	31/12/2021
Fazendas terras	-	224.500	-	224.500
Máquinas e equipamentos	-	13.684	(342)	13.342
Equipamentos de processamento de dados	-	4.390	(219)	4.170
Veículos	-	584.574	(56.388)	528.186
Adiantamento a fornecedores de Imobilizado	98.117.796	6.542.825	-	104.660.622
Imobilizado em andamento	1.911.649	4.583.346	-	6.494.995
Ativo de direito de uso da terra	<u>1.249.989</u>	<u>343.452</u>	<u>(438.648)</u>	<u>1.154.793</u>
Total	<u>101.279.434</u>	<u>12.296.771</u>	<u>(495.597)</u>	<u>113.080.608</u>

c. Arrendamento mercantil

Política contábil

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) a partir de 21 de junho de 2021 se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A seguir, um resumo dos valores contábilidades na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2021:

Ativo de direito de uso:

	Terrenos
Saldos em 21 de junho de 2021	<u>1.249.989</u>
Adições	343.452
Amortização	<u>(438.648)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.154.793</u>

Obrigações com arrendamento:

	Terrenos
Saldos em 21 de junho de 2021	<u>1.239.467</u>
Adições	280.785
Juros a incorrer	(19.440)
Juros incorridos	57.940
Pagamentos	<u>(818.851)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>739.901</u>
Circulante	333.122
Não circulante	406.779

7 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresas eólicas, conforme a seguir:

<i>100% de participação</i>	31/12/2021
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	31.659.617
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	29.315.195
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	28.851.662
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	28.964.870
Total	<u><u>118.791.344</u></u>

Movimentação dos investimentos

Investida	21/06/2021	Equivalência Patrimonial	Outros ajustes	Aumento de capital	31/12/2021
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	25.013.386	(695.769)	(6.000)	7.348.000	31.659.617
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	24.824.703	(149.507)	(6.001)	4.646.000	29.315.195
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	24.824.743	(123.080)	(6.001)	4.156.000	28.851.662
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	24.789.926	(135.055)	(6.001)	4.316.000	28.964.870
	<u><u>99.452.758</u></u>	<u><u>(1.103.411)</u></u>	<u><u>(24.003)</u></u>	<u><u>20.466.000</u></u>	<u><u>118.791.344</u></u>

Saldos das controladas

<i>Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.</i>		31/12/2021
Ativo		32.745.908
Passivo		1.086.290
Patrimônio líquido		31.659.618
Resultado do período 21 de junho a 31 de dezembro		<u>(695.768)</u>
<i>Ventos de Santo Lúvia Energias Renováveis S.A.</i>		31/12/2021
Ativo		29.467.287
Passivo		152.091
Patrimônio líquido		29.315.196
Resultado do período 21 de junho a 31 de dezembro		<u>(149.507)</u>
<i>Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.</i>		31/12/2021
Ativo		29.078.748
Passivo		227.086
Patrimônio líquido		28.851.662
Resultado do período 21 de junho a 31 de dezembro		<u>(123.081)</u>
<i>Ventos de Santo Ludgero Energias Renováveis S.A.</i>		31/12/2021
Ativo		29.102.788
Passivo		137.918
Patrimônio líquido		28.964.870
Resultado do período 21 de junho a 31 de dezembro		<u>(135.056)</u>

8 Fornecedores (Consolidado)

	<u>31/12/2021</u>
Cunha Geotecnologia Ltda - ME	48.081
Damous Incorporações e Construções	75.080
M. R. Alencar Sousa - ME	25.882
Maron Ambiental Ltda	149.821
Nacional Veiculos e Servicos Ltda	802
Rochabrasil Engenharia Ltda	37.092
Secretaria da Receita Federal do Brasil	360
	<hr/>
Total	<u>337.118</u>

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 119.918.755 e está representado por 119.918.755 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	<u>31/12/2021</u>	
Acionistas	(%) de ações	Valor
Ares Eyner	20%	23.983.751
CDV Holding S.A	80%	95.935.004
Total	<u>100%</u>	<u>119.918.755</u>

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 21 de junho de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 99.452.755 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 99.452.755 através de ações, conforme nota explicativa 1.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 09 de julho de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 30.240.000 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 3.710.000 através de ações.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 16.756.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

10 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2021
Mão-de-obra	-	(33.210)
Seguros	-	(21.634)
Despesas com propriedades	-	(88)
Despesas com veículos	-	(13.337)
Despesas com viagens	-	(8.833)
Despesas informática e telecomunicações	-	(2.221)
Compartilhamento de despesa (a)	(17.090)	(195.430)
Serviços - pessoa jurídica (b)	(188)	(191.796)
Despesas legais	(19)	(19)
Tributos e contribuições	(36)	(53.246)
Amortizações e depreciações (c)	-	(495.597)
Total	<u>(17.333)</u>	<u>(1.015.411)</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia e suas controladas Ventos de São Leão I, Ventos de São Ludgero, Ventos de Santa Livia e Ventos de São Ludgero, mediante contrato de compartilhamento de custos assinados entre as partes.
- (b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e serviços de auditoria externa.
- (c) Refere-se a depreciação do ativo imobilizado e amortização de direito de uso onde a Ventos de São Leão I é a detentora do valor mais relevante.

11 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações (a)	-	379
	<u>-</u>	<u>379</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(967)	(10.272)
Multas e juros passivos	-	(415)
Juros pagos a fornecedores	-	(92)
Juros sobre direito de uso	-	(61.578)
	<u>(967)</u>	<u>(72.357)</u>
Total	<u>(967)</u>	<u>(72.357)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e suas controladas, as quais estão descritas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2021
Ativo		
Partes relacionadas – outros créditos (b)	-	93.544
Passivo		
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	-	263.308
Resultado		
Compartilhamento de despesas (a)	17.090	195.430

- (a) A Companhia e suas controladas possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) Suas controladas possuem immobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

13 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	8.992	8.992	899.913	899.913
Adiantamento a fornecedor	-	-	9.352	9.352
Partes relacionadas (ativo)	-	-	93.544	93.544
Fornecedores	(3.293)	(3.293)	(337.118)	(337.118)
Obrigações com arrendamento	-	-	(739.901)	(739.901)
Partes relacionadas (passivo)	-	-	(263.308)	(263.308)
Total	<u>5.699</u>	<u>5.699</u>	<u>(337.518)</u>	<u>(337.518)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

14 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

15 Compromissos (Consolidado)

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 03, no valor de R\$ 144.005.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços. Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.

Ventos de Santo Livia Energias Renováveis S.A.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 01, no valor de R\$ 150.970.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços. Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 05, no valor de R\$ 151.000.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços. Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.

Ventos de Santo Ludgero Energias Renováveis S.A.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 13, no valor de R\$ 154.002.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços. Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.